



Análise do perfil e das condições de trabalho dos professores de Educação Especial de Jacobina - BA¹

Analysis of profile and working conditions of Special Education teachers of Jacobina - BA

Análisis del perfil y de las condiciones de trabajo de los profesores de Educación Especial de Jacobina - BA

Osni Oliveira Noberto da Silva - Universidade Federal da Bahia | Departamento de Ciências Humanas | Jacobina | BA | Brasil. E-mail: osni_edfisica@yahoo.com.br | 

Theresinha Guimarães Miranda - Universidade Federal da Bahia | Faculdade de Educação, Departamento de Educação I | Salvador | BA | Brasil. E-mail: tmiranda@ufba.br | 

Miguel Angel Garcia Bordas - Universidade Federal da Bahia | Faculdade de Educação, Departamento de Educação I | Salvador | BA | Brasil. E-mail: magbordas@gmail.com | 

Resumo: O objetivo deste artigo foi descrever o perfil e as condições de trabalho dos professores de Educação Especial do município de Jacobina/BA, acerca da valorização do trabalho docente. Foi aplicado um questionário a 14 professores que atuam com Educação Especial no respectivo município. Foi possível observar que, de forma geral, o perfil dos docentes é: são todas mulheres, majoritariamente autodeclaradas pardas, a maioria entre 42 a 50 anos de idade, casadas e, em média, com 2 filhos. Possuem remuneração entre 3000 a 5000 reais, e estão satisfeitas com o salário, metade delas são as principais provedoras da família e trabalham em 1 unidade educacional; são licenciadas com curso feito em universidade pública estadual e com pós-graduação *lato sensu* feita principalmente em instituição particular; possuem na maioria acima de 15 anos de tempo de atuação na educação, mas menos de 10 anos com Educação Especial; são todas concursadas e com plano de cargos e salários. Assim, os achados indicaram que as condições de trabalho docente, observadas através do perfil e das condições contratuais e jurídicas, podem ser consideradas boas, ainda que alguns elementos como salários mais atrativos e maior incentivo para formação continuada careçam de atenção. Isso inclusive coaduna com a opinião majoritária das professoras acerca de sua satisfação com a profissão docente.

Palavras-chave: trabalho docente; educação especial; carreira docente.

¹ Este texto é parte integrante de pesquisa desenvolvida na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Obedecendo às Resoluções 466/2012 e 510/2016 sobre o respeito aos aspectos éticos de uma pesquisa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia (CEP/UNEB), sob número de protocolo CAAE: 79862917.6.0000.0057 e aprovado através do parecer nº 2532.689.

Abstract: The aim of this article was to describe the profile and working conditions of Special Education teachers in the city of Jacobina/BA, regarding the valuation of teaching work. A questionnaire was applied to 14 teachers who work with Special Education in the respective municipality. It was possible to observe that, in general, the profile of the professors is: they are all women, mostly self-declared brown, the majority between 42 and 50 years old, married and with an average of 2 children. They earn between 3000 and 5000 reais but are satisfied with their salary, half of them are the main providers of the family and work in 1 educational unit; they are graduates with a course taken at a state public university and with a Post-Graduation Lato Sensu course taken mainly at a private institution; have mostly over 15 years of experience in education but less than 10 years with Special Education; they are all public exams and with a job and salary plan. Thus, the findings indicated that the teaching working conditions, observed through the profile and contractual and legal conditions, can be considered good, although some elements such as more attractive salaries and greater incentive for continuing education lack attention. This is even in line with the majority opinion of teachers about their satisfaction with the teaching profession.

Keywords: teaching work; special education; teacher career.

Resumen: El objetivo de este artículo fue describir el perfil y las condiciones laborales de los docentes de Educación Especial en la ciudad de Jacobina / BA, en cuanto a la valoración del trabajo docente. Se aplicó un cuestionario a 14 docentes que laboran con Educación Especial en el municipio respectivo. Se pudo observar que, en general, el perfil de los profesores es: son todas mujeres, en su mayoría autodeclaradas pardas, la mayoría entre 42 y 50 años, casadas y con un promedio de 2 hijos. Ganan entre 3000 y 5000 reales pero están satisfechos con su salario, la mitad de ellos son los principales proveedores de la familia y trabajan en 1 unidad educativa; son egresados con un curso realizado en una universidad pública estatal y con un curso de Posgrado Lato Sensu cursado principalmente en una institución privada; tener en su mayoría más de 15 años de experiencia en educación pero menos de 10 años en Educación Especial; todos son exámenes públicos y con plan de trabajo y salario. Así, los hallazgos indicaron que las condiciones laborales docentes, observadas a través del perfil y las condiciones contractuales y legales, pueden considerarse buenas, aunque algunos elementos como salarios más atractivos y mayor incentivo para la formación continua carecen de atención. Esto coincide incluso con la opinión mayoritaria de los profesores sobre su satisfacción con la profesión docente.

Palabras clave: trabajo docente; educación especial; carrera docente.

- Recebido em: 04 de agosto de 2020
- Aprovado em: 21 de outubro de 2021
- Revisado em: 15 de outubro de 2021

1 Introdução

De acordo com Oliveira e Assunção (2010), as condições de trabalho podem ser entendidas como uma gama de recursos que possibilitam a prática satisfatória de um trabalho. Esses recursos podem ser exemplificados na forma de boas instalações físicas onde o trabalho é executado, qualidade e quantidade de materiais e equipamentos, condições salariais favoráveis, entre outros elementos, variando pelo tipo de atividade.

A importância das condições de trabalho se dá na compreensão de que o trabalho é um elemento constituinte e inerente ao próprio ser humano, pois é um processo em que ele atua e se relaciona, manipula e modifica a natureza, afim de apropriar-se dela para o seu próprio benefício (MARX, 1996). Desse modo, o trabalho do ser humano está diametralmente relacionado à manutenção de seu sustento, de maneira que as condições de trabalho mais satisfatórias são proporcionalmente relacionadas à melhor condição de vida do trabalhador. Assim, “o estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva” (MARX, 1996, p. 298). Também concordando com Marx, Castel destaca: “[...] não é possível expressar melhor a maneira como os operários redefinem a questão social a partir de suas próprias necessidades. A única forma social que pode assumir o direito de viver, para os trabalhadores, é o direito ao trabalho. É o homólogo do direito de propriedade para os abastados” (CASTEL, 2003, p. 350).

Na contemporaneidade, as condições de trabalho estão submetidas à lógica do sistema capitalista que transforma matérias-primas e insumos em produtos mais elaborados e de maior valor agregado. Desse modo, acaba por embutir também as relações específicas de exploração do trabalho com vistas ao maior lucro possível. Assim, por conta dessa via de mão dupla, o processo de trabalho é o território onde a exploração pelo capitalismo mais pode ser observada (OLIVEIRA; ASSUNÇÃO, 2010).

Para Oliveira e Vieira (2012), o trabalho do professor vem constantemente sofrendo ataques e provocando alterações desde o início das reformas educacionais no Brasil, em 1995. Os autores ainda apresentam os principais impactos decorrentes de tais reformas: “[...] a) ampliação quantitativa da profissão docente; b) crescente heterogeneidade do trabalho docente; c) crescentes graus de desigualdade entre os docentes; d) deterioração das recompensas materiais e simbólicas;

e) crescentes consequências no plano subjetivo” (p. 20). Pensamento também apoiado por Oliveira e Maúes (2012) destacam que os professores acabaram virando foco de interesse das políticas neoliberais, através de uma série de “diretrizes, programas e ações orientadas para a regulação e o controle profissional por meio de aferição e remuneração por desempenho, bem como a definição de competências e de certificações profissionais” (p. 67).

Assim sendo, se tornaram constantes, dentro da categoria docente, ações pela sustentação dos seus direitos trabalhistas adquiridos ao longo dos anos. Sobre isso, Toledo (2001) ratifica o pensamento Marxista da luta pelas condições dignas de trabalho como uma batalha pelo direito à própria condição digna de vida:

Para esa mayoría de la humanidad el mundo del trabajo, con la nueva situación social neoliberal, se convierte en un campo potencial de lucha. Sin embargo habría que hacer la siguiente acotación: el concepto mundo del trabajo como separado de otros mundos de vida (familia, tiempo libre, estudio, etc.) es en parte una construcción social. En las sociedades antiguas, por ejemplo, no había una separación tajante entre trabajo y religión. En esta misma medida habría que pensar que las reestructuraciones productivas, las nuevas formas de subordinación del trabajo no asalariado a la producción capitalista y las posibles articulaciones entre mundo de la producción y aquellos del no trabajo, permitirían replantear hasta dónde se extiende el espacio de acción colectiva de las organizaciones obreras² (p. 29).

Deste modo, apesar de a temática das condições de trabalho docente já possuir um grande número de estudos (DUARTE *et al.*, 2012; OLIVEIRA; VIEIRA, 2012; SILVA; GUILLO, 2015; SOUZA; SOUSA, 2015; AMARO, 2017; ARAÚJO, 2017; SANTOS, 2017; FERREIRA *et al.*, 2019), a questão das condições de trabalho de professores de Educação Especial, principalmente aqueles que atuam com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) de alunos com deficiência, ainda não foi muito explorada. Assim, no que diz respeito à precarização do trabalho do professor, acreditamos que os docentes que atuam na Educação Especial a sentem mais intensamente, muito por conta das marcas, ainda presentes, de descaso que esta área sofreu ao longo dos anos.

² Para a maioria da humanidade, o mundo do trabalho, com a nova situação social neoliberal, torna-se um potencial campo de batalha. No entanto deve fazer a seguinte observação: o conceito de mundo trabalho como separado de outros mundos da vida (família, lazer, estudo, etc.) faz parte Uma construção social. Em sociedades antigas, por exemplo, houve uma separação nítida entre o trabalho e a religião. Nessa medida, devemos pensar que a reestruturação produtiva, as novas formas de subordinação do trabalho não remunerado para a produção capitalista e as possíveis relações entre o mundo da produção e as de nenhum trabalho, permitem repensar o quão longe se estende o espaço de ação coletiva das organizações de trabalho (Tradução nossa).

Assim, o objetivo deste artigo foi descrever o perfil e as condições de trabalho dos professores de Educação Especial do município de Jacobina/BA acerca da valorização do trabalho docente.

2 Metodologia

Esta pesquisa pode ser caracterizada como um estudo de campo, exploratória, pois se propõe a aprofundar as questões considerando sempre as características da população estudada e suas diversas variáveis, possibilitando desenvolver, elucidar e (des)construir conceitos e ideias, podendo servir também para levantar hipóteses ou formular problemas para futuras pesquisas (GIL, 2010).

Além disso, “[...] oferece uma oportunidade para revelar as características de instituições e comunidades pelo estudo de indivíduos que representam essas entidades, de uma maneira relativamente sem viés e cientificamente rigorosa” (REA; PARKER, 2000, p. 16-17).

Foi utilizado um questionário produzido com perguntas fechadas, utilizando como referências outras pesquisas sobre condições de trabalho (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012; BORGES *et al.*, 2013; SILVA, 2013; NASCIMENTO; SANTOS, 2015; CARVALHO, 2016; YE, 2016; ARAÚJO, 2017; SANTOS, 2017) que balizaram na construção de um questionário próprio que atendesse à especificidade relativa aos professores que atuam com Educação Especial.

O questionário é entendido como uma técnica de investigação que utiliza um número significativo de questões apresentadas por escrito aos sujeitos, buscando conhecer as opiniões, interesses, expectativas, entre outros aspectos (GIL, 2010).

As perguntas visam conhecer o perfil dos docentes, além de contemplar a categorias das condições de trabalho, conhecidas como **Condições contratuais e jurídicas**, que são um dos elementos que compõem as condições de trabalho e dizem respeito aos aspectos de valorização do trabalho docente, tais como estabilidade do emprego, plano de carreira, salário, fomento a formação continuada, entre outros aspectos (BORGES *et al.*, 2015).

Os dados foram confrontados com a literatura disponível, onde foi possível estabelecer as conexões entre os dados coletados com os outros estudos, já que “É neste momento que se inicia o esforço de organização e síntese, que vai ter seu momento final nas considerações conclusivas” (MACEDO, 2009, p. 100).

A pesquisa foi desenvolvida em Jacobina, município do Centro Norte do estado da Bahia e o maior da região conhecida como Piemonte da Diamantina. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Jacobina apresenta uma estimativa populacional de 83.635 habitantes em 2017, sendo que 70% da totalidade de sua população reside na zona urbana (IBGE, 2017).

A seleção dos sujeitos da pesquisa considerou o seguinte critério: que os docentes trabalhem há pelo menos um ano com Atendimento Educacional Especializado de alunos com deficiência no serviço público municipal de Jacobina.

Para determinar o universo de nosso estudo, houve a busca de informações, junto a Secretarias Municipal de Educação, sobre a quantidade de professores de AEE que atuaram no ano de 2017. Assim, foi possível aferir que o município de Jacobina possui atualmente um total de 17 professores de Educação Especial que atuam no AEE e que trabalharam no ano de 2017. Desse total, 14 docentes participaram da pesquisa, o que corresponde a 82,35% do universo encontrado.

Na finalidade de resguardar os sujeitos participantes do estudo, além de obedecer à Resolução 466/2012, que versa sobre a ética em pesquisa com seres humanos e a Resolução 510/2016 que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia (CEP/UNEB), sob número de protocolo CAAE: 79862917.6.0000.0057, e aprovado através do parecer nº 2532.689.

Pedimos também a contribuição dos entrevistados, apresentando-lhes um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), resguardando a identidade dos docentes participantes do estudo e a confirmação do uso dos dados coletados e assim legitimar a participação voluntária dos sujeitos.

Os horários das coletas de dados foram acordados com antecedência, para que o contato alterasse o mínimo possível a rotina diária dos participantes. O preenchimento do questionário foi feito de forma presencial e realizado em local reservado, no intuito de impedir que houvesse interrupções.

3 Resultados e discussão

Como já explicado na metodologia, do universo de 17 professores que estavam inseridos nos critérios da pesquisa, 14 professores participaram do estudo, sendo que todas são mulheres. Essa predominância feminina também é vista em outros estudos, como os de Teles, Souza e Teles

(2012) com 42 docentes de AEE em Aracajú/SE, onde 95,4% eram mulheres e o de Brito, Lustosa e Fortes (2014) em que de 30 professores de AEE de Teresina/PI, 96,66% eram do sexo feminino.

Pimentel, Aymar e Lawson (2018) afirmam que existe, no campo dos trabalhadores da educação, uma dependência mútua entre a exploração do trabalhador e a questão de gênero:

A desigualdade econômica e a de gênero estão estreitamente inter-relacionadas. Embora a distância salarial entre os gêneros venha recebendo mais atenção na maioria dos países, a diferença de riqueza entre mulheres e homens é, geralmente, ainda maior. Em todo o mundo, mais homens do que mulheres são proprietários de terras, ações de empresas e outros bens de capital; os homens recebem mais para desempenhar as mesmas funções que as mulheres e estão concentrados em empregos de maior remuneração e status. Não é por acaso que as mulheres estão amplamente super-representadas em muitos dos empregos de pior remuneração e menos seguros. Ao redor do mundo, normas sociais, atitudes e crenças desvalorizam o status e as habilidades das mulheres, justificam a violência e a discriminação de que são vítimas e determinam os empregos aos quais elas podem – ou não – se candidatar (p. 10-11).

É notório que a ampliação dos debates em torno dos problemas relacionados às questões de gênero no mundo do trabalho capitalista, expondo as problemáticas, ajuda e fortalece o enfrentamento dessa situação, ratificada por Zibetti e Pereira (2010):

Sufocadas pelas demandas familiares, pelas quais são as principais, senão as únicas responsáveis, submetidas a exaustivas jornadas de trabalho, com remuneração insuficiente para poder contratar ajudantes para o trabalho doméstico, debatendo-se para atender às demandas profissionais de melhorar a qualidade do trabalho e elevar o nível da própria formação, essas mulheres estão fazendo um esforço sobre-humano para ensinar nessas condições (p. 273).

No que diz respeito à etnia autorreferenciada pelas docentes, foi possível observar que 64% se declararam pardas, 24% negras e apenas 7% se disseram brancas. Este resultado pode ser confrontado com a pesquisa de Teles, Souza e Teles (2012), em que 51,15% dos professores de Educação Especial que atuam com AEE se autodeclararam pardos, 16,30% brancos, 16,30% pretos, 4,65% amarelo e 2,30% não declarou. Entretanto, na pesquisa de Oliveira e Vieira (2012) com docentes do ensino básico todas as regiões do Brasil, observou-se que metade dos entrevistados (50%) se declararam brancos, 35% pardos, 12% negros, 2% amarelas e 1% indígena.

No que se refere à idade das professoras, 57% possuem entre 46 e 50 anos, 22% possuem entre 36 e 40 anos, 7% possuem entre 31 e 35 anos, 7% tem entre 41 e 45 e 7% tem acima de 50 anos de idade. Percebeu-se uma predominância de uma faixa etária mais experiente, sendo que nenhuma professora tem 30 anos ou menos. Estes dados se aproximam aos achados de Brito,

Lustosa e Fortes (2014), nos quais a faixa etária dos professores de AEE pesquisados variou entre 41 a 50 anos e de Silva *et al.* (2018) em estudo com professoras de Natal/RN com faixa etária entre 35 a 48 anos. Segundo o Censo Escolar, no item sobre a idade dos docentes brasileiros apenas 6,3% tem 25 anos de idade ou menos enquanto que 18,3% tem 50 anos ou mais (BRASIL, 2017).

Sobre o estado civil das professoras, 65% são casadas, 14% divorciadas, 14% viúvas e 7% solteiras. Essa situação em que a maior parte das docentes são casadas é confirmada em vários outros estudos (PUENTES; LONGAREZI; AQUINO, 2011; OLIVEIRA; VIEIRA, 2012; DUARTE *et al.*, 2012, ARAÚJO, 2017, SANTOS, 2017), e pode ser compreendida pelo fato de que, tradicionalmente no país, nessa fase da vida é muito comum que as pessoas tenham companheiros e até uma família. Isso se confirma no momento em que observamos que 86% das professoras possuem filhos. E dessas, 50% possuem 2 filhos, 42% tem 1 filho e 8% tem 3 filhos.

Esses dados são próximos aos achados da pesquisa de Araújo (2017) com professores de Serrolândia/BA, em que 85,3% possuem filhos e desses, 79% dos docentes possuem até 2 filhos; além do de Cabral Neto, Oliveira e Vieira (2013) com docentes do Rio Grande do Norte, em que 66% deles possuíam filhos.

Seguindo a informação da Secretaria Municipal de Educação e dos próprios docentes, 64% das professoras afirmaram atuar na zona urbana do município, enquanto que 36% atuam na zona rural. Segundo Souza e Sousa (2015), um dos elementos que diferenciam as condições de trabalho dos professores da zona rural e urbana é distância e o tempo que se gasta da casa do docente até a escola:

Para entender a relatividade da distância percorrida pelas professoras precisamos de outra variável: o tempo. Observamos nas respostas das questões “distância da residência até a escola” e “você gasta quanto tempo para chegar à escola?”, que apesar de distâncias iguais, algumas professoras gastam tempos diferentes, por exemplo: ao percorrer 18km uma professora leva 40min., outra professora percorre a mesma distância em 1h; outro exemplo, tempos iguais para distâncias diferentes: 6km em 40min e 18km em 40min. Professoras que precisam se deslocar da cidade todos os dias para ensinar em escolas do meio rural. Há também professoras que ficam durante toda a semana na própria escola, que possui um quarto (SOUZA; SOUSA, 2015, p. 401).

Entretanto, este artigo não se aprofundou em relação a esta questão do urbano e rural, o que demonstra uma limitação do estudo, mas também uma oportunidade para estudos posteriores.

No que diz respeito à distribuição salarial dos professores, levando em consideração a soma de tudo que ganha com adicionais, abono, gratificações, dentre outros benefícios, os dados

indicaram que 64% dos docentes possuem “remuneração” (CAMARGO, 2010)³ entre R\$ 3.000 a R\$ 5.000, 29% com ganhos entre R\$ 1.000 a R\$ 3.000, e apenas 7% afirmaram receber entre R\$ 5.000 a R\$ 7.000.

Os dados demonstram que a realidade apresentada no município de Jacobina é próxima do que ocorre salarial dos docentes do país, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica, que é de R\$ 3.846,39, ficando ainda bem abaixo dos R\$ 7.325,14, que é a média do rendimento dos outros profissionais com curso superior no país (BRASIL, 2017). Entretanto a satisfação dos professores de Educação Especial que atuam com AEE em Jacobina sobre o seu salário demonstra que 57% se dizem satisfeitos, 36% insatisfeitos e 7% se disseram indiferentes.

De acordo com Barbosa (2011), os baixos salários impactam diretamente na qualidade da educação, haja vista que exigirá do docente uma maior jornada de trabalho, muitas vezes em outras escolas, afim de garantir o sustento de sua família. Essa situação implica num decréscimo do “tempo para se dedicar à profissão, acompanhar os alunos, preparar aulas, dificuldade para se atualizar e conseqüentemente compromete sua saúde e o desenvolvimento de um trabalho de qualidade” (SILVA; GUILLO, 2015, p. 13).

Sobre as professoras que são as principais provedoras da família, os dados demonstram que exatamente metade (50%) são responsáveis principais pelo sustento dos familiares. Dados próximos aqueles apresentados pelo estudo de Araújo (2017) com 63%, e o de Santos (2017) com 46,5% dos docentes como os provedores principais a família.

Isso demonstra que, apesar dos baixos salários e da desvalorização da profissão docente “a situação dos professores é sensivelmente superior à média da população brasileira, o que demonstra a precária situação financeira da população de um modo geral” (PUENTES; LONGAREZI; AQUINO, 2011, p. 139).

Entretanto, os baixos salários obrigam os professores a lecionar em mais de uma instituição, ampliar sua carga horária de trabalho, para conseguir dar conta de sustentar suas famílias. Em nossa pesquisa observamos que 79% das professoras atuam em apenas 1 escola, 14% atuam em 2 escolas e 7% atuam em 3 escolas. Ainda dentro da questão da carga horária

³ O termo usado nessa pesquisa é “remuneração”, pois, de acordo com Camargo, “remuneração” é a soma do “salário” ou “vencimento”, juntamente com os benefícios financeiros. Sendo assim o “salário” ou “vencimento” são considerados uma parte da “remuneração”. No caso dos professores do setor público a “remuneração” é composta do vencimento básico mais as vantagens e gratificações, como por exemplo o auxílio transporte.

extra, 93% das docentes atuam apenas na área de educação e 7% também trabalham profissionalmente em atividades fora da educação.

Apesar da maioria das docentes atuarem em apenas 01 escola, é importante lembrar da dupla jornada que muitas mulheres no Brasil ainda executam, ao trabalharem na escola e ainda darem conta das atividades de cuidado do lar e da família. Assim, Zibetti e Pereira (2010) reafirmam que discutir a problemática das condições de trabalho dos professores também deve considerar as desigualdades históricas entre mulheres e homens:

Considerando que a maioria expressiva do quadro docente é feminina, qualquer medida que se proponha a melhorar a qualidade da educação deve considerar as questões de gênero. Melhores condições de vida e trabalho, inclusive superando-se socialmente a cultura de atribuir às mulheres a responsabilidade pelo cuidado da casa e dos filhos, terão como retorno mulheres mais saudáveis, professoras melhor preparadas, aulas mais adequadas às necessidades das crianças, portanto melhor qualidade de ensino (p. 273).

Em geral, quanto maior a titulação dos professores, maior é o salário dos docentes, principalmente por conta daqueles que possuem plano de carreira. Assim, podem focar em menos unidades educacionais. Os dados demonstram que todas as professoras de Educação Especial pesquisadas em Jacobina possuem curso de licenciatura e cursos de pós-graduação a nível de Especialização Lato Sensu na área de Educação Especial. Entretanto, nenhuma possui Mestrado, apesar de 7% estarem cursando e ninguém cursa ou cursou Doutorado.

Os cursos de Licenciatura das professoras se dividiram em: 36% em Letras Vernáculas, 29% em História, 21% em Pedagogia, 7% em Educação Física e 7% em Biologia.

Percebemos que contraditoriamente a estes achados, outros estudos com professores de Educação Especial (GUTIERRES *et al.*, 2013; RABELO; CAIADO, 2014; BRITO; LUSTOSA; FORTES, 2014; MATIAS, 2016; MENEZES, 2016, foi possível observar em todos esses estudos que a Licenciatura em Pedagogia se mostra como a formação da maioria dos professores que atuam na Educação Especial.

Essa divergência pode ser compreendida pelo fato de que em Jacobina existe o Departamento de Ciências Humanas, Câmpus IV, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que tem o curso de Licenciatura em Letras Vernáculas como o mais antigo e ainda não possui curso regular em Licenciatura em Pedagogia. A própria importância da instituição pública estadual de ensino superior para a formação de professores em Jacobina é observada também em nossa pesquisa, pois 79% das docentes se graduaram na UNEB, enquanto que as 21% restantes se graduaram em instituições privadas.

Em estudo de Mauch e Santana (2016), exemplificado em Florianópolis/SC e Vitória/ES, é possível observar esta valorização que o ensino superior público, tanto estadual quanto federal, tem perante a população:

Nas redes municipais de Florianópolis e Vitória, as universidades públicas são apontadas como atores com papel importante na formação inicial dos educadores em relação à educação inclusiva. Em vários depoimentos de profissionais da rede municipal de ensino de Florianópolis, foi perceptível o reconhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) quanto à qualidade da formação inicial nos cursos de pedagogia, que incorporam conhecimentos relativos à educação inclusiva. Em Vitória, vários profissionais da rede municipal de ensino destacaram que a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) constituiu um núcleo importante no campo da educação inclusiva e que os profissionais formados pela universidade obtêm uma formação consistente nessa área (p. 54).

Entretanto, essa predominância do ensino superior público acaba quando se trata das Pós-Graduações Lato Sensu, mais conhecidos como cursos de Especialização. Isso porque, das professoras participantes de nossa pesquisa, 57% afirmaram que fizeram sua Especialização em instituições privadas, 36% fizeram em Universidade Federal e apenas 7% fizeram em Universidade Estadual.

Entretanto, além da oferta é necessário que haja incentivo do município, para garantir que o professor possa fazer cursos da melhor forma possível, principalmente através de diminuição de carga horária ou liberação total, incentivo financeiro etc.

Por isso, as professoras foram questionadas sobre o apoio que a Secretaria Municipal de Educação de Jacobina dá a formação continuada dos docentes de Educação Especial que atuam com AEE. Do total 36% dos docentes disseram que existe muito incentivo da Secretaria municipal para que os docentes façam cursos mas sem afastamento e ajuda financeira, 29% dos docentes afirmaram que não existe incentivo algum da Secretaria para que as professoras façam cursos, 28% disseram que existe pouco incentivo da Secretaria e apenas 7% afirmou que existe muito incentivo da Secretaria, inclusive com garantia de afastamento e ajuda financeira.

Souza e Sousa (2015), em um estudo com professoras da zona rural do Território do Baixo Sul baiano, demonstraram que há um certo descrédito no que diz respeito ao apoio que as secretarias de educação dão aos docentes. Esse descompasso entre docentes e gestão acaba por causar uma série de problemas que afetam diretamente as condições de trabalho docente:

Indubitavelmente, as condições de trabalho e de apoio que recebem para realizarem a atividade docente necessitam de atenção por parte das próprias secretarias de educação. Para tanto, é fundamental entendermos que as condições de trabalho docente envolvem uma diversidade de aspectos (contratação, salário, formação, recursos materiais, outros), os quais agregam valor ao seu desenvolvimento. Sem tal entendimento, continuar-se-á no jogo de culpabilização, em que cada um em seu espaço responsabiliza o outro pelo insucesso da educação, pela má qualidade do ensino público e, conseqüentemente, pela vitimização das professoras de escolas rurais e de classes multisseriadas como uma mazela do sistema educacional (SOUZA; SOUSA, 2015, p. 25).

Fanfani (2007) afirma a importância do alcance que uma política pública séria para a educação pode ter. O autor chegou a essa conclusão através de um estudo que comparou a condição de trabalho docente de Argentina, Brasil, Peru e Uruguai:

El primer supuesto de política se puede formular de la siguiente manera: toda política docente debe ser integral. Esto quiere decir que debe contemplar intervenciones articuladas en por lo menos tres dimensiones: en el reclutamiento y la formación inicial y permanente, en las condiciones de trabajo (división del trabajo pedagógico, carrera, contexto institucional de trabajo, etc.) y en el sistema de estímulos y recompensas materiales y simbólicos (salario y reconocimiento social). Cualquier política que pretenda avanzar por un único andarivel está condenada al fracaso. Basta imaginar qué sucedería si se pretendiera sólo elevar las exigencias de la formación inicial sin modificar ni las condiciones de trabajo ni el salario⁴ (p. 280-281).

Uma dessas políticas existentes no país diz respeito ao Plano Municipal de Educação (PME), que articula as ações e estratégias do Plano Nacional de Educação com a realidade dos municípios por 10 anos, afim de “articular uma direção comum para a educação brasileira, tratando da unidade na diversidade, de forma a atender as particularidades regionais e territoriais dos entes federados” (NASCIMENTO; GROSSI JR.; PEREIRA, 2017, p. 123).

O caderno de orientações direcionadas aos grupos de trabalho dos diversos municípios, lançado em 2014 para auxiliar na construção dos PME, deixa claro a importância de todos os setores da sociedade participarem da construção do Plano Municipal:

⁴ A primeira hipótese política pode ser formulada da seguinte forma: todas as políticas de ensino devem ser abrangentes. Isto significa que deve contemplar intervenções articuladas em pelo menos três dimensões: no recrutamento e na formação inicial e permanente, nas condições de trabalho (divisão do trabalho pedagógico, carreira, contexto de trabalho institucional, etc.) e no sistema de estímulos e recompensas materiais e simbólicas (salário e reconhecimento social). Qualquer política que pretenda avançar através de uma única linha de vida está fadada ao fracasso. Basta imaginar o que aconteceria se pretendesse elevar os requisitos da formação inicial sem alterar nem as condições de trabalho nem o salário (Tradução nossa).

[...] é fundamental considerar que o PME deve ser do município, e não apenas da rede ou do sistema municipal. O Plano Municipal de Educação é de todos que moram no município; portanto, todas as necessidades educacionais do cidadão devem estar presentes no Plano, o que vai muito além das possibilidades de oferta educacional direta da Prefeitura. Também não se trata do plano de uma administração da Prefeitura ou da Secretaria Municipal de Educação, pois atravessa mandatos de vários prefeitos e dirigentes municipais de educação. O trabalho pressupõe o envolvimento das três esferas de gestão (federal, estadual e municipal) e de representações dos diversos segmentos da sociedade, mas não deixa de conferir peso e importância ao papel dos dirigentes municipais (BRASIL, 2014, p. 7).

No caso de Jacobina, o plano vigente foi criado pela Lei nº 1333 de 19 de setembro de 2015 e tem vigência de 2015 a 2025 (JACOBINA, 2015). Por isso foi indagado às docentes se elas tinham participado da criação do Plano Municipal de Educação (PME) de Jacobina. Os dados demonstram que 71% das docentes afirmaram que não participaram e 29% disseram que participaram.

O fato de uma grande parte dos professores admitirem não ter participado da criação do plano municipal é preocupante. Isso porque eles estão diretamente entrelaçados às ações e consequências práticas da educação do município. Assim, é evidente a importância que os professores têm na produção dos PME, tanto no diagnóstico e produção dos objetivos e metas, quanto no acompanhamento da materialização do plano.

Para Camargo (2006), a baixa participação dos professores na confecção das políticas municipais se mostra um problema grave, principalmente no que diz respeito à melhoria da qualidade da educação e especificamente, pelas melhores condições de trabalho, pois a “omissão permite que outros decidam por nós, e estas decisões provavelmente atendem aos interesses dos que decidem e não daqueles que delegam ou se omitem de participar” (p. 31).

E isso pode ser melhor analisado ao compararmos com o tempo de exercício da docência que as professoras têm na educação básica; 29% possuem entre 21 a 25 anos de carreira, 29% tem entre 16 a 20 anos, 14% tem 11 a 15 anos, 14% tem entre 6 a 10 anos, 7% tem de 1 a 5 anos e 7% tem acima de 25 anos. Ou seja, quase que a totalidade das docentes já estavam atuando quando o atual PME de Jacobina começou a ser discutido e assim, poderiam trazer importantes contribuições a produção do documento.

Entretanto, quando o tempo de trabalho que estas mesmas professoras têm apenas na Educação Especial, é possível observar que há uma inversão nos tempos de docência. Os dados indicam que 43% das docentes tem entre 6 a 10 anos atuando com a Educação Especial, 36% tem entre 3 a 5 anos, 14% tem até 2 anos e 7% acima de 10 anos.

Todas as docentes são concursadas e possuem plano de cargos e salários. Entretanto, nenhuma das professoras são concursadas para o cargo de professor de Educação Especial, já que não existe ainda no município de Jacobina concurso para a área.

Fazendo um comparativo desses dados com o Censo Escolar brasileiro, é possível perceber que no ano de 2014 nacionalmente a situação era muito menos desfavorável, já que 29% dos professores do país que trabalham na Educação Básica tem contrato temporário (BRASIL, 2017). De acordo com Oliveira (2004), alguns dos principais sinais de precariedade das condições de trabalho dos professores é justamente a falta de um plano de cargos e salários e o aumento de contratos temporários:

Podemos considerar que assim como o trabalho em geral, também o trabalho docente tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego. O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (OLIVEIRA, 2004, p. 1140).

Segundo Jacomini e Penna (2016), normalmente ocorre uma série de critérios estabelecidos pelas prefeituras que dificultam a progressão na carreira dos docentes, “pois, mesmo cumprindo os critérios requeridos para progredir na carreira, independentemente de quais sejam, ela está condicionada a decisões governamentais que podem atrasar ou mesmo impedir o previsto nos planos” (p. 191).

Deste modo, é necessário que frequentemente os representantes da categoria docente sejam chamados a negociar e até protestar contra os gestores, com vistas a garantir a implementação dos itens previstos nos planos de carreira dos professores.

Assim, a pesquisa também analisou a sindicalização dos professores de Educação Especial no município de Jacobina. Foi observado que 86% das docentes são filiadas ao sindicato dos professores e 14% não são filiadas. Das professoras sindicalizadas, foi questionado sobre a satisfação acerca da atuação do sindicato. 50% acreditam que a atuação é insatisfatória, 36% docentes consideram a atuação satisfatória e 14% são indiferentes. Em um outro estudo feito em Jacobina por Santos (2017) demonstrou que 79% dos professores são filiados ao sindicato da categoria. Dentro da mesma região temos o estudo de Araújo (2017) sobre os docentes de Serrolândia – BA, onde indicou que 74% dos docentes são sindicalizados.

Comparando com outros estudos fora do estado da Bahia, numa pesquisa de Oliveira e Vieira (2014), no estado de Pernambuco, afirmaram que 60% dos docentes não são sindicalizados e Duarte *et al.* (2012) numa pesquisa com professores de Minas Gerais, demonstrou que 65,3% dos docentes não são filiados a sindicatos. Pimentel, Aymar e Lawson (2018) corrobora com a importância dos sindicatos, no que diz respeito à conquista e manutenção dos trabalhistas conquistados historicamente. Infelizmente isso pode ser prejudicado com o enfraquecimento sindical por conta da pouca adesão dos professores:

Trabalhadores organizados constituem um contrapeso ao poder da riqueza e têm desempenhado um papel fundamental na criação de sociedades mais igualitárias e democráticas. Os sindicatos aumentam salários, direitos e proteções não apenas para os seus membros, mas também para todos os trabalhadores de uma sociedade. Infelizmente, o FMI vem observando uma tendência de queda nas taxas de densidade sindical em todo o mundo desde 2000. O FMI associa isso ao aumento da desigualdade. Esse problema vem se agravando em decorrência do uso mais intensivo da terceirização e de contratos temporários de curto prazo para minar direitos trabalhistas (PIMENTEL; AYMAR; LAWSON, 2018, p. 13).

Existe uma relação bastante próxima entre a qualidade das condições de trabalho e a satisfação das professoras com a sua profissão. Sobre isso, foi indagada às professoras se elas são satisfeitas, a partir de seu próprio conceito, em relação à sua carreira como Docente de Educação Especial. Assim, 86% se consideravam satisfeitas com a carreira docente, 7% afirmaram ser indiferentes e apenas 7% se consideravam insatisfeitas. Os dados podem ser comparados com o estudo de Larocca e Girardi (2011), com 51 professores de Ponta Grossa/PR, onde demonstraram que 73% dos professores estão satisfeitos com o seu trabalho.

Assim, os achados indicaram que as condições de trabalho docente, observadas através do perfil e das condições contratuais e jurídicas, podem ser consideradas boas, ainda que alguns elementos como salários mais atrativos e maior incentivo para formação continuada careçam de atenção. Isso inclusive coaduna com a opinião majoritária das professoras acerca de sua satisfação com a profissão docente.

4 Considerações finais

Retomando o objetivo deste artigo que foi descrever o perfil e as condições de trabalho dos professores de Educação Especial do município de Jacobina/BA acerca da valorização do trabalho docente, foi possível reunir uma série de dados que descrevem o cenário observado.

De forma resumida, o perfil dos docentes de Educação Especial do município de Jacobina é: mulheres, majoritariamente autodeclaradas pardas, a maioria entre 42 a 50 anos de idade, que trabalham majoritariamente na zona urbana, são casadas e tem na maioria 2 filhos.

Sintetizando os achados da categoria das condições contratuais jurídicas, a partir das respostas majoritárias, foi possível observar que as professoras de Educação Especial que atuam com AEE no município de Jacobina têm remuneração entre 3000 a 5000 reais e estão satisfeitas com o salário, metade delas são as principais provedoras da família e trabalham em 1 unidade educacional; são Licenciadas com curso feito em Universidade pública estadual e com pós-graduação *lato sensu* feita principalmente em instituição particular; conhecem o Plano Municipal de Educação de Jacobina, mas não atuaram nas discussões de sua construção; possuem na maioria acima de 15 anos de tempo de atuação na educação mas menos de 10 anos com Educação Especial; são todas concursadas e com plano de cargos e salários; são majoritariamente filiadas a sindicatos mas o consideram pouco satisfatórios; de forma geral, são satisfeitas com a carreira docente.

As limitações deste artigo dizem respeito ao comparativo com outros estudos, já que em muitas perguntas analisadas não havia estudos com professores que atuavam na Educação Especial para servir como comparativo, de modo que foi necessário fazer aproximações com pesquisas que tiveram como foco os professores de ensino regular. Além disso não foi possível confrontar os dados extraídos da opinião das professoras com as políticas públicas de valorização docente existentes no município de Jacobina

Dessa forma, indicamos que mais estudos sobre as condições de trabalho de professores de Educação Especial sejam realizados, com vistas a preencher as lacunas que esse artigo não conseguiu dar conta ou não se propôs a investigar, tais como: estudos sobre os impactos do financiamento sobre as condições de trabalho docente; a violência contra os docentes dentro da escola; diferentes entre as condições de trabalho na zona urbana e na rural, entre outros diversos elementos que, direta ou indiretamente, estão relacionados às condições de trabalho docente.

Referências

AMARO, Ivan. Avaliação em larga escala e trabalho docente: da lógica eficientista à lógica contrarregulatória. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, v. 19, n. 2, p. 417-436, set./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/2552>. Acesso em: 25 mar. 2019.

ARAÚJO, Carolina Maia de. **Condições de trabalho docente na educação básica:** um estudo sobre a rede pública (zona urbana e rural) na cidade de Serrolândia-Bahia. 2017. TCC (Licenciatura em Educação Física) - Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2017.

BARBOSA, Andreza. **Os salários dos professores brasileiros:** implicações para o trabalho docente. 2011. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

BORGES, L. O. *et al.* Condições de trabalho. *In:* BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. (orgs.). **Dicionário brasileiro de psicologia do trabalho e das organizações.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015. p. 227-236.

BORGES, L. O. *et al.* Questionário de condições de trabalho: reelaboração e estruturas fatoriais em grupos ocupacionais. **Avaliação Psicológica,** Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 213-225, ago. 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 25 mar. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar.** Brasília: Inep, 2017.

BRITO, Aida Teresa dos Santos; LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes; FORTES, Maria Teresa Mendes. Perfil do professor do AEE que atua com alunos com autismo no município de Teresina. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 6.; Campinas, 2014. **Anais [...].** Campinas: Galoa, 2014. p. 1-25. v. 1.

CABRAL NETO, Antônio; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga (org.). **Trabalho docente:** desafios no cotidiano da educação básica. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

CAMARGO, R. B. Salário docente. *In:* OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. 1 CD-ROM.

CAMARGO, Ieda de (org.). **Gestão e políticas da educação.** Santa Cruz: EDUNISC, 2006.

CARVALHO, Ana Lúcia Oliveira Freitas de Carvalho. **Educação inclusiva e seus impactos nas práticas pedagógicas na rede municipal de Jacobina/BA:** estudo colaborativo na escola professor Carlos Gomes da Silva. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação e Diversidade) - Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2016.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica da questão social. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

DUARTE, Adriana *et al.* **O trabalho docente na educação básica em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

FANFANI, Emilio Tenti. **La condicion docente:** análisis comparado de la Argentina, Brasil, Perú y Uruguay. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.

FERREIRA, Liliana Soares *et al.* Concepções de trabalho pedagógico e valorização do profissional da educação no Curso Normal Gaúcho: o Caso do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac - Santa Maria/RS. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, v. 21, n. 2, p. 539-557, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3224>. Acesso em: 18 fev. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães *et al.* **Planos de carreira de professores da educação básica em estados e municípios brasileiros no contexto da política de fundos: configurações, tendências e perspectivas**. São Paulo, 2013. Relatório de pesquisa.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Brasil: IBGE, 2017. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>. Acesso em: 15 dez. 2019.

JACOBINA. **Lei nº 1333 de 19/09/2015**. Plano Municipal de Educação Jacobina - Bahia 2015-2025. Jacobina: Prefeitura Municipal de Jacobina, 2015.

JACOMINI, Márcia Aparecida; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. **Pro-posições**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 177-202, maio/ago. 2016.

LAROCCA, Priscila; GIRARDI, Paula Giulce. Trabalho, satisfação e motivação docente: um estudo exploratório com professores da educação básica. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - Formação de professores e profissionalização docente, 10., 2011. **Actas [...]**. Paraná: Educere PUC, 2011. p. 1932-1948.

MACEDO, Roberto Sidnei. Outras luzes: um rigor intercítico para uma etnopesquisa política. *In*: MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Álamo. **Um rigor outro: sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa**. Salvador: Edufba. 2009. p. 75-126.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.

MATIAS, José Carlos. **O atendimento educacional especializado nas escolas do município de São José do Campestre – RN**. 2016. TCC (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Nova Cruz, RN, 2016.

MAUCH, Carla; SANTANA, Wagner. **Escola para todos: experiências de redes municipais na inclusão de alunos com deficiência, TEA, TGD e altas habilidades**. Brasília: UNESCO, 2016.

MENEZES, Rayssa Rafaela de Lima. **Atendimento Educacional Especializado – AEE: necessidade e funcionamento no município de Apodi/RN**. 2016. TCC (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2016.

NASCIMENTO, Gilvânia da Conceição; GROSSI JUNIOR, Geraldo; PEREIRA, Jhonata Moreira. Planos municipais de educação - perfil dos municípios que não possuíam plano municipal de educação no segundo ano de vigência da lei n. 13.005/14. **Revista Exitus**, Santarém, v. 7, n. 1, p. 108-130, jan./abr. 2017.

NASCIMENTO, Maria das Graças Chagas de Arruda, SANTOS, Jéssica Valentim. As percepções de professores acerca das condições de trabalho e sua relação com a aprendizagem profissional no início da carreira. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 37., Florianópolis, 2015. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1-15.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, dez. 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Condições de trabalho docente. *In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga (orgs.). **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga. **Trabalho na educação básica em Pernambuco**. Camaragibe, PE: CCS Gráfica e Editora, 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MAUÉS, Olgaíses Cabral. A formação docente no Brasil: cenário de mudanças políticas e processos em debate. *In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga. Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012. p. 63-89.

PIMENTEL, Diego Alejo Vásquez; AYMAR, Iñigo Macías; LAWSON, Max. **Compensem o trabalho, não a riqueza**. Oxford: Oxfam Internacional, 2018.

PUNTES, Roberto Valdés; LONGAREZI, Andréa Maturano; AQUINO, Orlando Fernández. O perfil sócio demográfico e profissional dos professores de ensino médio de Uberlândia. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 11, n. 23, p. 132-153, jan./jul. 2011.

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante; CAIADO, Katia Regina Moreno. Educação especial em escolas do campo: um estudo sobre o sistema municipal de ensino de Marabá, PA. **Revista Cocar**, Belém, v. 8, n. 15, p. 63-71, jan./jul. 2014.

REA, Louis M.; PARKER, Richard A. **Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira, 2000.

SANTOS, Jéssica Pinho dos Santos. **Condições de trabalho docente na educação básica: um estudo sobre a rede pública municipal da cidade de Jacobina-Bahia**. 2017. TCC (Licenciatura em Educação Física) - Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2017.

SILVA, Maria Cristina Vieira de Cristo e. **Condições de trabalho e clima de segurança dos operários da construção de edificações**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SILVA, Michely Stephany Fernandes da *et al.* As crianças com deficiência na educação infantil: concepções e práticas pedagógicas. **Cadernos de pesquisa: pensamento educacional**, Curitiba, v. 13, n. 33, p. 299-315, jan./abr. 2018.

SILVA, Regisnei Aparecido Oliveira; GUILLO, Lídia Andreu. Trabalho docente e saúde: um estudo com professores da educação básica do sudoeste goiano. **Itinerarius Reflectionis**, Goiás. v. 11, n. 2, p. 1-17, jul./dez. 2015.

SOUZA, Elizeu Clementino de; SOUSA, Rosiane Costa de. Condições de trabalho docente, classes multisseriadas e narrativas de professoras no território do baixo sul baiano: significados e sentidos. **Currículo sem Fronteiras**, Salvador, v. 15, n. 2, p. 380-408, maio/ago. 2015.

TELES, Margarida Maria; SOUZA, Nielza da Silva Maia de; TELES, Maria Raquel de Santana. Perfil do professor do curso Atendimento Educacional Especializado-AEE na rede pública de Aracajú. COLÓQUIO INTERNACIONAL "EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE". São Cristóvão, 2012. **Anais [...]**. São Cristóvão: EDUCON, 2012. p. 1-13.

TOLEDO, E. D. L. G. Problemas clásicos y actuales de la crisis del trabajo. *In*: TOLEDO, E. D. L. G., NEFFA, J. (Comp.). **El futuro del trabajo**. El trabajo del futuro. Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 11-31.

YE, Yincheng. **The effect of working conditions on teacher effectiveness**: value-added scores and student perception of teaching. 2016. Dissertation (Doctor of Philosophy in Education Research and Evaluation) - Virginia Polytechnic Institute and State University, Blacksburg, 2016.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; PEREIRA, Sidnéia Ribeiro. Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. **Educ. rev.**, Curitiba, n. esp. 2, p. 259-276, 2010.